

ARTIGOS

Revista Teopraxis

v. 40, n. 134, Passo Fundo,

p. 11-22, Jan./Jun./2023,

ISSN on-line: 2763-5201

DOI:dx.doi.org/10.52451/teopraxis.v40i134.169

* Doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio (agosto/2009). Mestre em Teologia pelo Centro Universitário Assunção, UNIFAI, (São Paulo). Licenciado em Filosofia e Pedagogia respectivamente pelo Centro Universitário Salesiano de Lorena - UNISAL e pela Universidade de Taubaté - UNITAU.

E-mail: adalbertovanzella@gmail.com

 <https://orcid.org/0009-0005-4367-2207>

Recebido em 05/05/2023

Aprovado em 25/07/2023



Este artigo está licenciado com a licença: Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License.

A CAMPANHA DA FRATERNIDADE E A CONVERSÃO DA IGREJA

THE FRATERNITY CAMPAIGN AND THE CONVERSION OF THE CHURCH

*Jose Adalberto Vanzella**

Resumo: A Campanha da Fraternidade, enquanto campanha quaresmal, deve favorecer a conversão nos âmbitos pessoal, eclesial e social. Por isso, é importante a análise da conversão pastoral da Igreja a partir dela. Para que a conversão pastoral aconteça, é necessário assumir o seu processo, assim como a compreensão e aceitação da doutrina do Concílio Ecumênico Vaticano II. A Campanha da Fraternidade de 2023 nos oferece muitos elementos que favorecem a conversão pastoral.

Palavras-Chave: Igreja. Campanha da Fraternidade. Conversão pastoral.

Abstract: The Fraternity Campaign, as a Lenten campaign, must favor conversion in the personal, ecclesial and social spheres. Therefore, it is important the analysis of pastoral conversion of the Church from it. In order to pastoral conversion happens, it is necessary to assume its process, as well as the understanding and acceptance of the doctrine of the Second Vatican Ecumenical Council. The 2023 Fraternity Campaign offers us many elements that favor pastoral conversion.

Keywords: Church. Fraternity Campaign. Pastoral conversion.

INTRODUÇÃO

O Texto-base da Campanha da Fraternidade de 2023, na sua apresentação, nos afirma o seguinte:

“E o Brasil sente fome. Milhões de brasileiros e brasileiras experimentam a triste e humilhante situação de não poder se alimentar nem dar aos seus filhos e filhas o alimento indispensável a cada dia. Por isso, a CNBB apresenta, pela terceira vez, o tema da fome para a Campanha da Fraternidade (1975, 1985 e 2023)”¹.

1 CNBB, *Campanha da Fraternidade 2023: Texto-Base: Fraternidade e Fome*, p.7. Doravante Texto-Base CF 2023.

Diante disso, perguntamos: por que estamos na terceira edição deste tema? A resposta é simples: porque o problema da fome não foi superado. Mas então perguntamos: por que o problema da fome não foi superado? Claro que as respostas são muitas, mas vou me ater apenas a uma: porque a Igreja não se converteu.

A partir dessa resposta, apresentamos a questão que irá ser trabalhada neste texto: qual a importância da Campanha da Fraternidade para que aconteça a conversão na Igreja?

1 A PROPOSTA DA CAMPANHA DA FRATERNIDADE

A Campanha da Fraternidade tem como objetivos permanentes:

- 1 – Despertar o espírito comunitário e cristão no povo de Deus, comprometendo, em particular, os cristãos na busca do bem comum;
- 2 – Educar para a vida em fraternidade, a partir da justiça e do amor, exigência central do Evangelho;
- 3 – Renovar a consciência da responsabilidade de todos pela ação da Igreja na evangelização², na promoção humana, em vista de uma sociedade justa e solidária (todos devem evangelizar e todos devem sustentar a ação evangelizadora e libertadora da Igreja)³.

A primeira fase da Campanha da Fraternidade será voltada para a renovação da Igreja e do cristão, seguindo as propostas do Plano de Emergência e do Plano de Pastoral de Conjunto, abrangendo as Campanhas que aconteceram entre 1964 e 1972. Nesta fase, destacamos dois momentos: um primeiro, no qual aconteceram duas campanhas, 1964 e 1965, na qual a preocupação foi a renovação da Igreja e a segunda foi a renovação do cristão, abrangendo as demais campanhas do período.

Este é um período de aprendizado e de grande crescimento da Campanha da Fraternidade, tanto em termos quantitativos como em termos qualitativos.

O Concílio Vaticano II estava em andamento, porém a cada dia ficava mais clara a proposta de Igreja que seria aprovada no Documento *Lumen Gentium*. Os bispos brasileiros tinham a grande preocupação de fazer com que a proposta conciliar fosse compreendida e assumida por todos os membros da Igreja no Brasil, de modo que a renovação da Igreja fosse possível, realizando também uma das metas do Plano de Emergência. A realização da Campanha da Fraternidade não apenas com a finalidade da coleta solidária, mas também com um conteúdo evangelizador, apresentava-se como um novo instrumento para que esses propósitos viessem a se concretizar. Assim, a preocupação foi que a Campanha da Fraternidade abordasse os dois elementos fundamentais dessa renovação: o primeiro seria, a partir do modelo de Igreja comunhão, despertar nos fiéis a consciência de pertença à Igreja a partir da graça batismal; e o segundo seria voltado para a realidade paroquial, pois nela a dimensão eclesial da fé acontece, já que a paróquia é a referência eclesial para todos os fiéis, visto que é nela que participam dos sacramentos e dela recebem os serviços prestados pela Igreja. As organizações da Igreja que vão além da realidade comunitária e paroquial, como as dioceses, as províncias eclesiais, as conferências episcopais regionais, nacionais e continentais e os organismos da Igreja Universal são estranhos à maioria do nosso povo.

Esses objetivos de renovação da Igreja e do cristão se expressam nas Campanhas da Fraternidade entre 1964 e 1972.

2 Somente quando a 35ª Assembleia Geral da CNBB, que aconteceu em 1997 em Itaici, aprovou a criação da Campanha para a Evangelização a ser realizada no tempo do Advento com uma coleta específica para a evangelização é que os recursos da Campanha da Fraternidade deixaram de custear a ação evangelizadora da Igreja no Brasil e passaram a constituir os Fundos Nacional e Diocesano de Solidariedade, destinando recursos apenas para a ação social.

3 Cf. CNBB, Texto-Base CF 2023, p.36-37.

No período compreendido entre 1973 e 1984, a Campanha da Fraternidade assume as decisões das Conferências Episcopais de Medellín e Puebla, voltando-se para a realidade social do povo, a denúncia do pecado social e a promoção da justiça. Neste mesmo período, a Campanha se organiza, adotando o método Ver-Julgar-Agir e o Texto-base.

A partir de 1985, tem início o processo de redemocratização do Brasil, com o fim do Regime Militar. Com isso, a Campanha da Fraternidade passa a abordar os principais problemas que estão presentes na sociedade brasileira e que necessitam de superação, como fome, saúde, educação, mundo do trabalho, etc., com o objetivo de contribuir com a compreensão dos problemas, a reflexão aprofundada sobre os mesmos e busca de caminhos para a sua superação.

A ação evangelizadora e pastoral tem um fundamento teológico que precisa ser explicitado, uma vez que está alicerçada sobre ele. No caso da Campanha da Fraternidade, o não conhecimento dos seus fundamentos teológicos tem causado graves problemas como a desvinculação entre o tema e a motivação, a abordagem dos problemas unicamente a partir de causas imanentes, sociais ou naturais, a não vinculação entre a mesma e o tempo quaresmal. Esses problemas acabam por produzir respostas momentâneas da sociedade, mas não frutos que permaneçam, porque não houve de fato conversão e, principalmente, a falta de uma unidade eclesiológica que garanta e sustente a unidade do seu agir, assim como o envolvimento de todos neste empreendimento, desde a sua concepção a cada edição até a garantia da sua continuidade. Isso mostra para nós a importância da compreensão eclesiológica da Campanha da Fraternidade.

2 A ECLESIOLOGIA DA CAMPANHA DA FRATERNIDADE

A Eclesiológica é a reflexão sobre a Igreja e sua ação. A Campanha da Fraternidade é uma ação da Igreja no Brasil, de modo que é objeto da Eclesiológica. A reflexão eclesiológica tem, entre outras finalidades, uma prática: ajudar a Igreja a ser fiel na sua missão. Como a Campanha da Fraternidade tem grande importância para a realização da missão da Igreja no Brasil, a reflexão eclesiológica sobre ela representa uma contribuição para que esta Igreja possa ser cada dia mais fiel a Deus no exercício da sua missão.

Para que haja melhor compreensão da importância da leitura da Campanha da Fraternidade à luz da Eclesiológica, tomo, a título de introdução, a sequência da profissão de fé segundo o símbolo apostólico, a partir da Igreja: “(Creio) na Santa Igreja católica, na comunhão dos santos, na remissão dos pecados, na ressurreição da carne” (CIg 95).

A profissão de fé nos traz a Igreja após a profissão de fé Trinitária, o que nos mostra ao mesmo tempo uma dependência teológica e um vínculo entre a Trindade e a Igreja que precisa ser sempre melhor compreendido. Porém, é interessante perceber que logo depois da profissão de fé na Igreja, vem a profissão na comunhão dos santos, na remissão dos pecados e na ressurreição da carne. Este fato demonstra a missão de todos os batizados a partir da fé na Igreja: gerar comunhão e conversão para tornar possível a vida nova. A Campanha da Fraternidade torna-se um caminho para que todos possam assumir a própria responsabilidade diante do batismo.

Enquanto tem por objetivo a fraternidade, quer que todos vivam como membros da mesma família que tem um só Pai que está nos céus, sendo solidários uns com os outros e construindo juntos um projeto comum, de modo que se torna caminho de comunhão.

Enquanto é uma campanha quaresmal, que privilegia a oração, o jejum e a esmola, tendo como horizonte o mistério pascal, traz elementos para que todos possam viver a espiritualidade deste tempo santo, buscando a conversão e a configuração a Cristo, que

vem pela remissão dos pecados e abre espaço para que “a vida divina possa crescer cada dia, não obstante o mal que nos cerca”⁴. Assim, a Campanha da Fraternidade é um meio concreto proposto pela Igreja no Brasil para que todos possam viver melhor a dimensão eclesial da própria fé.

O Concílio Vaticano II adotou o caráter pastoral, procurando adaptar-se às novas exigências do tempo presente (SC 1). Para isso, substitui o modelo de sociedade perfeita pelo modelo de povo de Deus, expresso de modo especial na *Lumen Gentium* que, curiosamente, não cita a experiência do povo de Israel na sua caminhada entre o Egito e a Terra Prometida. O modelo de Igreja povo de Deus vai se impor e abrir caminho para uma eclesiologia de comunhão.

A comunhão na Igreja é o grande sinal para que o mundo creia (cf. Jo 17,20-23). Por isso, um dos principais desafios para a atuação da Igreja no Brasil é tornar-se escola de comunhão (DGAE 2003-2006, 18), tendo a Trindade como modelo e paradigma. A Campanha da Fraternidade é um instrumento de grande valia para que a Igreja no Brasil responda à altura a esse desafio, de modo que é necessária uma reflexão sobre a Campanha da Fraternidade tendo como fundamento teórico a eclesiologia a partir da Trindade.

A Igreja é obra da Santíssima Trindade. Ela é desejada pelo Pai, criatura do Filho, sempre de novo vivificada pelo Espírito Santo. A Igreja deve ser, na história, a manifestação da vida trinitária. Deve ser uma epifania do Deus uno e trino.

A *Lumen Gentium* afirma que a Igreja é na história o sacramento da “íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano” (LG 1). Como continuadora da missão de Cristo, celebra a eucaristia, sacramento da nova e eterna aliança na qual acontece essa íntima união com Deus. A partir da comunhão com Deus, vem a decorrência da necessidade da comunhão entre as pessoas porque para que todos estejam em comunhão com Deus, devemos necessariamente estar em comunhão entre nós. Esta comunhão acontece em Cristo, pois “todos os homens são chamados a esta união com Cristo, que é a luz do mundo, do qual procedemos, por quem vivemos e para quem tendemos” (LG 3)⁵.

O Espírito Santo é o grande dom pascal. Pentecostes é a realização da promessa feita por Jesus de não nos deixar órfãos, mas enviar o Paráclito. A presença do Espírito Santo possibilita a comunhão entre o povo de Deus e a Trindade, sendo que a comunhão eclesial deve, no Espírito e através do Filho, voltar ao Pai, até o dia em que tudo seja submetido ao Filho e esse ao Pai tudo confie. Na Igreja acontece esta comunhão na sua fase histórica, tendo como meta a própria Trindade⁶. A Igreja, “*inter tempora*” ruma para a Trindade na invocação, no louvor e no serviço, sob o peso das contradições do presente e enriquecida pelo júbilo da promessa (LG VII)⁷.

A Igreja estruturada a partir da comunhão trinitária deverá manter a originalidade e a riqueza dos dons do Espírito, superando pela comunhão as tensões ministeriais diversas, em fecundo acolhimento recíproco das pessoas e das comunidades, na unidade da fé, da esperança e do amor. (cf. LG II-VI)⁸.

A Igreja é sacramento da comunhão de todos com Deus. É sacramento de comunhão de todos com o Pai enquanto povo de Deus; é sacramento de comunhão de todos com o

4 Rito para o Batismo de crianças, aprovado pela Sagrada Congregação para o Culto divino em 13 de maio de 1970. Invocação para a renovação das promessas do batismo, n.56. Este rito não está mais em uso e esta invocação foi alterada no novo rito, sendo que a frase citada foi suprimida.

5 Cf. B. FORTE, B. *A Igreja Ícone da Trindade*, p.20.

6 Cf. B. FORTE, B. *A Igreja Ícone da Trindade*, p.21.

7 Cf. B. FORTE, B. *A Igreja Ícone da Trindade*, p.23.

8 Cf. B. FORTE, B. *A Igreja Ícone da Trindade*, p.36.

Filho enquanto Corpo Místico de Cristo; é sacramento da comunhão de todos com o Espírito Santo enquanto templo vivo do divino Hóspede.

A identidade eclesial encontra-se na relação entre as pessoas, sendo que isoladamente ninguém é Igreja. Por isso, a promoção da comunhão deve ser um princípio educativo da ação da Igreja. Ela deve ser escola de comunhão, criando ao mesmo tempo instrumentos exteriores que viabilizem a educação para a comunhão e, ao mesmo tempo, despertando nas pessoas uma disposição interior para a vida comunitária.

A Campanha da Fraternidade tem uma tarefa de grande importância a partir dessa exigência da Igreja de ser ícone da Trindade. O primeiro objetivo permanente da Campanha da Fraternidade é despertar o espírito comunitário e cristão no povo de Deus, comprometendo, em particular, os cristãos na busca do bem comum. A Campanha da Fraternidade tem um importante papel de formação da consciência para a vida comunitária. Esta formação supõe uma fundamentação dogmática que deve unir cristologia, eclesiologia e antropologia⁹.

A eclesiologia a partir da Trindade, ou seja, a eclesiologia de comunhão favorece esta formação porque, partindo da comunidade perfeita, estabelece os princípios para a vida comunitária. A Campanha da Fraternidade realizada a partir da eclesiologia de comunhão é um instrumento valioso para a formação da consciência comunitária porque envolve as pessoas na vida da Igreja desde o processo da escolha do tema até as ações que marcam a continuidade da campanha. Neste processo, temos o planejamento participativo da campanha, a corresponsabilidade na sua execução, a participação de todos no processo de avaliação e a inserção da Campanha no processo de planejamento pastoral da Paróquia e da Diocese.

A missão dada por Jesus é fazer discípulos seus todos os povos (Cf. Mt 28,16-20). A comunidade cristã vai ter uma missão desde o seu início: o anúncio do querigma, entendido como palavra de Deus proclamada com o objetivo de pôr a humanidade numa justa relação com Deus através da fé em Cristo (EO 20). Esta é a missão permanente da Igreja até o final dos tempos: anunciar a morte e a ressurreição de Jesus e o perdão dos pecados por meio do batismo¹⁰.

3 MODELOS DE IGREJA

Os modelos foram usados em larga escala para a demonstração de conceitos no pensamento científico em geral e podem ser de grande valia para a teologia enquanto podem sintetizar conhecimentos ou explicitar aquilo que somos inclinados a crer¹¹. Também são utilizados como que materialização dos enunciados com os objetivos de figurar uma realidade e orientar para a realidade para facilitar uma experimentação¹².

A teologia trabalha o mistério religioso, que é para as pessoas menos acessível do que o universo científico, e por isso, a nossa linguagem deve ser entendida como modelo, ou seja, como aproximação do mistério que é objeto do nosso estudo¹³. Por fazer referência ao mistério, os modelos sempre fazem referência a um dado revelado como, por exemplo, a vinha, o templo ou o reino. Ele está ligado à experiência primária da vida da Igreja e

⁹ A Igreja na América Latina procurou para fundamentar a Pastoral de Conjunto a partir da cristologia, da eclesiologia e da antropologia. Um exemplo é a verdade sobre Jesus Cristo, a Igreja e o homem, presente de forma especial no Documento da Conferência de Puebla. No Brasil, este princípio está presente no Objetivo Geral das Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil 1983/1984, Doc. 28 da CNBB.

¹⁰ Cf. V. CODINA, *Para compreender a eclesiologia a partir da América Latina*, p.42.

¹¹ Cf. A. DULLES, *A Igreja e seus modelos*, p.23.

¹² Cf. B.P. BUCKER, *O feminino da Igreja e o conflito*, p.59.

¹³ Cf. A. DULLES, *A Igreja e seus modelos*, p.22.

significa uma representação objetiva do ser da Igreja, enriquecendo o diálogo entre ciência e fé e orientando os comportamentos na Igreja¹⁴.

3.1 O modelo instituição

Para cumprir a sua missão, a Igreja necessita de uma estrutura organizacional a partir da qual a Igreja realiza as suas três funções: ensina, santifica e governa¹⁵. Assim, a partir da instituição, a Igreja acolhe em seu seio as pessoas em vista da sua salvação, contribuindo para o feliz destino eterno dos homens. Aos que não pertencem formalmente à instituição, ou seja, aos que não foram batizados, a Igreja vai ao seu encontro por meio do trabalho missionário, pois assim pode trazê-los ao seio da instituição e salvá-los¹⁶.

3.2 Modelo comunhão mística

Um dos elementos essenciais da Igreja é a vida comunitária, que de certa forma está expressa no modelo anterior. O modelo comunhão mística procura destacar o elemento que é peculiar na Igreja, que não é o institucional, mas a dimensão vertical da vida comunitária, a vida que vem de Cristo encarnado e que é comunicada a todos pela ação do Espírito Santo e é manifesta na imagem do Corpo de Cristo¹⁷. Este modelo volta-se para o mistério da vida interior da Igreja, que é a caridade, dom e presença do Espírito Santo¹⁸.

3.3 Modelo sacramento

Todos os sacramentos são sacramentos da Igreja e a tornam sacramento. A liturgia é o ápice para o qual se orienta toda a atividade da Igreja e a fonte de todo o seu poder. Por isso, existe uma conexão entre a Igreja como sacramento primordial e os sete sacramentos rituais que exprimem a sacramentalidade da Igreja como um todo, como um sinal eficaz da graça salvífica, pois a graça de Cristo está presente¹⁹ e se manifesta na prática eclesial, beneficiando todos aqueles que são capazes de vincular a vida à fé, intensificando a resposta das pessoas à graça de Cristo, pois podem vincular a instituição visível com a comunhão de graça.

3.4 Modelo arauto

Neste modelo querigmático, radicalmente centralizado em Jesus Cristo e nas Sagradas Escrituras, a Palavra é o elemento principal e o sacramento é o elemento secundário, pois a Igreja recebe uma mensagem oficial e tem a responsabilidade de transmiti-la²⁰.

Igreja e Palavra são duas realidades inseparáveis, pois a Palavra congrega o povo de Deus, o povo dos que creem, dos que respondem positivamente ao Evangelho, fonte da sua unidade garantida pela presença do próprio Cristo no meio dos que se reúnem em seu nome²¹.

14 Cf. B.P. BUCKER, *O feminino da Igreja e o conflito*, p.60-64.

15 Cf. A. DULLES, *A Igreja e seus modelos*, p.37.

16 Cf. A. DULLES, *A Igreja e seus modelos*, p.42.

17 Cf. A. DULLES, *A Igreja e seus modelos*, p.52.

18 Cf. B.P. BUCKER, *O feminino da Igreja e o conflito*, p.67.

19 Cf. A. DULLES, *A Igreja e seus modelos*, p.75-76.

20 Cf. A. DULLES, *A Igreja e seus modelos*, p.83-84.

21 Cf. A. DULLES, *A Igreja e seus modelos*, p.86-92.

3.5 Modelo serva

Este modelo é muito sensível às mudanças históricas e às relações da Igreja com o mundo²². Nele, a Igreja reconhece a autonomia da cultura e das ciências e estabelece relações com ambas, respeitando suas realizações, tornando-se mais eficaz no anúncio do Evangelho e compartilhando os mesmos interesses da humanidade, considerando-se parte da família humana. Assim, a Igreja entra em diálogo com o mundo, agindo da mesma forma que Cristo, que não veio para ser servido, mas para servir, fomentando a fraternidade entre as pessoas²³.

A Campanha da Fraternidade, enquanto acontece na América Latina, sofre influência de todos os modelos eclesiais, porém são mais marcantes as influências dos modelos instituição, seja no primeiro período da Campanha, seja a partir da participação institucional tanto na elaboração da Campanha como na sua realização, principalmente enquanto delimita o seu âmbito de atuação como, por exemplo, a Campanha da Fraternidade de 2008, com o tema “Fraternidade e defesa da vida”, que tinha como objetivo geral: “Levar a Igreja e a sociedade a defender e a promover a vida humana, desde a sua concepção até a sua morte natural, compreendida como dom de Deus e corresponsabilidade de todos, na busca de sua plenificação, a partir da beleza e do sentido da vida em todas as circunstâncias, e do compromisso ético do amor fraterno”²⁴, no entanto fixou sua atenção quase que exclusivamente na questão do aborto.

Também aparece o modelo serva quando a Igreja, atenta aos apelos de Medellín e Puebla, volta-se para os graves problemas de injustiça social da América Latina e busca a sua superação, principalmente a partir de 1978, quando adota o método Ver-Julgar-Agir. Neste período também percebemos a presença do modelo comunhão, expresso de modo especial na Campanha de 1976: “Caminhar Juntos”.

Os que adotam os modelos de Igreja como Povo de Deus e Igreja Serva representam a força que faz com que a Campanha da Fraternidade continue acontecendo, antes de tudo porque são capazes de ver a importância da atuação da Igreja no mundo, assim como a sua dimensão secular, e também são capazes de relacionar a fé com a vida a partir da lógica da Encarnação e das exigências da caridade, que deve manifestar-se em gestos de solidariedade e na ação sociotransformadora.

4 A CONVERSÃO PASTORAL

O termo conversão pastoral apareceu pela primeira vez no Documento de Santo Domingo:

A Nova Evangelização exige a conversão pastoral da Igreja. Tal conversão deve ser coerente com o Concílio. Ela abrange tudo e a todos: na consciência, na práxis pessoal e comunitária, nas relações de igualdade e autoridade; com estruturas e dinanismos que façam presente, cada vez com mais clareza, a Igreja enquanto sinal eficaz, sacramento de salvação universal²⁵.

Se a conversão deve ser coerente com o Concílio, a eclesiologia conciliar deve ser assumida por ela. Isso significa que precisamos superar as visões pastorais pré-conciliares e anti-conciliares que estão presentes na Igreja, assim como superar o modelo de pastoral de

22 Cf. B.P. BUCKER, *O feminino da Igreja e o conflito*, p.74.

23 Cf. A. DULLES, *A Igreja e seus modelos*, p.100-101.

24 CNBB, *Texto-base CF 2008*, n.13.

25 CELAM, *Santo Domingo Conclusões*, n.30.

conservação. A “pastoral de conservação” é uma expressão que está presente no Documento de Medellín:

Até agora a Igreja contou principalmente com uma pastoral de conservação, baseada numa sacramentalização com pouca ênfase numa prévia evangelização. Pastoral apta, sem dúvida, para uma época em que as estruturas sociais coincidiam com as estruturas religiosas, em que os métodos de comunicação dos valores (família, escola etc.) estavam impregnados de valores cristãos e onde a fé se transmitia quase pela própria força da tradição. Hoje, entretanto, as próprias transformações do continente exigem uma revisão dessa pastoral, a fim de que se adapte à diversidade e pluralidade culturais do povo latino-americano²⁶.

Nesta conversão, é importante estarmos atentos às questões sociais, de modo especial àquelas que causam sofrimento e exclusão social. Assim afirma do documento de Aparecida:

... a Igreja está convocada a ser ‘advogada da justiça e defensora dos pobres’ diante das ‘intoleráveis desigualdades sociais e econômicas’, que ‘clamam ao céu’. Temos muito que oferecer, visto que ‘não há dúvida de que a Doutrina Social da Igreja é capaz de despertar esperança em meio às situações mais difíceis, porque se não há esperança para os pobres, não haverá para ninguém, nem sequer para os chamados ricos’ (DAp 395).

Isso significa que para que haja verdadeira conversão pastoral, precisamos abrir os nossos olhos para a realidade que nos cerca, combater a injustiça social e lutar para transformar a cidade atual em Cidade santa (DAP 516), numa renovação autêntica que “exige conversão de pessoas e estruturas, tendo em vista que individualidade e coletividade constituem dois aspectos de uma realidade única que é a vida humana. Converter significa optar por uma nova direção e, a partir dessa, refazer os objetivos e as estratégias de ação e, em muitos casos, o próprio modo de ser²⁷.”

Devemos escolher a direção do pobre e nos converter para ele. Devemos olhar a realidade da pobreza e agir a partir dela:

A imensa maioria dos católicos de nosso continente vivem sob o flagelo da pobreza. Esta tem diversas expressões: econômica, física, espiritual, moral, etc. Se Jesus veio para que todos tenhamos vida em abundância, a paróquia tem a maravilhosa ocasião de responder às grandes necessidades de nossos povos. Para isso tem que seguir o caminho de Jesus e chegar a ser a boa samaritana como Ele. Cada paróquia deve chegar a concretizar em sinais solidários seu compromisso social nos diversos meios em que ela se move, com toda “a imaginação da caridade”. Não pode ser alheia aos grandes sofrimentos que vive a maioria de nossa gente e que com muita frequência são pobreza escondidas. Toda autêntica missão unifica a preocupação pela dimensão transcendente do ser humano e por todas suas necessidades concretas, para que todos alcancem a plenitude que Jesus Cristo oferece (DAp 176).

Nesse sentido, a Campanha da Fraternidade oferece uma fonte inesgotável de meios para a conversão pastoral da Igreja, principalmente porque a cada ano nos faz olhar para uma necessidade concreta de conversão não só pessoal e social, mas também pastoral.

26 CELAM, *Documento de Medellín* n.6,1.

27 J.D. PASSOS, *Conversão pastoral: desafios de renovação da Igreja*.

5 AS PROPOSTAS DA CF 2023 PARA A CONVERSÃO PASTORAL

Todos os anos, a Campanha da Fraternidade se apresenta com uma proposta de conversão tanto em âmbito pessoal como comunitário e social a partir de uma situação de pecado presente em nossas vidas e, este ano, somos chamados a viver esta experiência a partir do problema da fome. Assim ela nos diz no número 1 do Texto-base:

A QUARESMA é o Tempo favorável para a conversão. Contudo embora a conversão seja um movimento inicialmente pessoal e interior (RH 20),' ela não pode ser apenas uma atitude individual uma vez que a vontade de Deus, desde a criação, se manifesta projeto de vida a um povo eleito, nutrido, formado e enviado pelo próprio Deus. Na Nova Aliança, este povo somos nós, a Igreja, chamada a ser sacramento de salvação integral para o mundo (cf. LG 48) E a nossa conversão quaresmal deve desenvolver-se como realmente dá vontade de Deus de modo pessoal, comunitário-elesial e também social.

Portanto, a conversão implica em mudança de vida em todas as suas dimensões, afinal de contas, não se trata de uma conversão a partir de elementos da nossa vida, mas existencial. Assim como Jesus disse que veio ao mundo para que todos nós tivéssemos vida em abundância (cf. Jo 10,10), a conversão deve atingir todos os âmbitos da nossa vida. Portanto, atinge também a dimensão comunitária eclesial. Trata-se, na verdade, de uma mudança de mentalidade que cause uma mudança em nosso agir e em todas as nossas relações, uma conversão da mente, da vontade e do coração que nos torne livres e solidários²⁸.

É por isso que a Campanha da Fraternidade de 2023 nos apresenta como objetivo geral “SENSIBILIZAR a sociedade e a Igreja para enfrentarem o flagelo da fome, sofrido por uma multidão de irmãos e irmãs, por meio de compromissos que transformem esta realidade a partir do Evangelho de Jesus Cristo” e como o quarto objetivo específico: “APROFUNDAR o conhecimento e a compreensão das exigências evangélicas e éticas de superação da miséria e da fome”, e nos oferece como fonte de reflexão a Doutrina Social da Igreja²⁹, pois “o amor tem diante de si um vasto campo de trabalho, e a Igreja, nesse campo, quer estar presente também com a sua doutrina social, que diz respeito ao homem todo e se volta a todos os homens”³⁰.

A Doutrina Social da Igreja não pode ficar apenas no âmbito da teoria, mas deve se transformar em ações concretas de evangelização e de transformação social através da atuação das Pastorais Sociais

A Igreja, com sua Pastoral Social, deve dar acolhida e acompanhar essas pessoas excluídas nas respectivas esferas. Nessa tarefa e com criatividade pastoral, devem-se elaborar ações concretas e que tenham incidência nos Estados para a aprovação de políticas sociais e econômicas e atendam às várias necessidades da população e que conduzam para o desenvolvimento sustentável. Com ajuda de diferentes instâncias e organizações, a Igreja pode fazer permanente leitura cristã e aproximação pastoral à realidade de nosso continente, aproveitando o rico patrimônio da Doutrina Social da Igreja (DAp 402-403)³¹.

A Igreja é serva e, como tal, está a serviço da humanidade em vista da superação dos seus problemas à luz do Evangelho fazendo da história caminho para o Reino definitivo. Nos diz o Texto-base da Campanha da Fraternidade de 2023:

28 Cf. CNBB, Texto-base CF 2023 n.170.

29 Cf. CNBB, Texto-base CF 2023 n.7.

30 Pontifício Conselho “Justiça e Paz”, Compêndio de Doutrina Social da Igreja, n.5.

31 CNBB, Texto-base CF 2023 n.163

A Palavra divina ilumina a existência humana e leva a consciências a reverem em profundidade a própria vida" (VD, n.99) Diante de questões tão dilacerantes como as que se percebem quando o quadro da fome é apresentado, apenas a Palavra de Deus tem poder transformador de iluminar tantas sombras e indicar caminhos de esperança. Assim, diante do tema escolhido para a Campanha da Fraternidade 2023, a Igreja no Brasil também se coloca a serviço do Evangelho ao deixar que ele ilumine a reflexão e a ação, ouvindo mais uma vez as respostas que o Senhor já dera a gerações antigas e que ainda não foram devidamente ouvidas e incorporadas à prática cotidiana por muitos de nós³².

A primeira grande missão da Igreja é profética, fazendo com que a Palavra de Deus produza eco nos dias de hoje diante do problema da fome e “aplicar duras palavras, quase insuportáveis, à situação dos nossos contemporâneos que morrem de fome não é um exagero injusto ou agressivo: estas palavras demonstram uma prioridade e desejam sensibilizar a nossa consciência”³³. Afinal,

O papel da Igreja é profético. Cabe-nos defender os interesses de Deus, que são os interesses do pobre, do faminto. A fome ofende a Deus. A solução são políticas públicas eficazes. Não basta a solidariedade. "Se eu tenho fome, o problema é meu. Se meu irmão tem fome, o problema é nosso", dizia o servo de Deus, Dom Helder Câmara³⁴.

Não podemos nos esquecer da importância da Eucaristia quando falamos a respeito da fome. Basta para isso nos lembrar que as Campanhas da Fraternidade sobre a fome estão ligadas à Eucaristia.

Pela terceira vez, a fome é tratada pela Igreja no Brasil na Campanha da Fraternidade. A primeira foi em 1975, com o tema "Fraternidade é repartir" e o lema "Repartir o pão", no clima do Ano Eucarístico que precedeu o Congresso Eucarístico Nacional de Manaus, com os mesmos tema e lema e desejava intensificar a vivência da Eucaristia em nosso povo. A segunda foi em 1985, outro Ano Eucarístico, desta vez em preparação para o Congresso Eucarístico de Aparecida, com o lema "Pão para quem tem fome". Agora, em 2023, logo depois do 18º Congresso Eucarístico Nacional, realizado em Recife, de 11 a 15 de novembro de 2022, sob o tema "Pão em todas as mesas", a Igreja no Brasil enfrenta pela terceira vez o flagelo da fome, com um lema que é uma ordem de Jesus aos seus discípulos: "Dai-lhes vós mesmos de comer" (Mt 14,16). É vocação, graça e missão da Igreja obedecer e cumprir a ordem de Jesus³⁵.

Precisamos formar a consciência dos fiéis a respeito das relações entre a Eucaristia e a responsabilidade social, pois “Hoje, a Igreja precisa relembrar às comunidades contemporâneas que a celebração da Eucaristia não nos faz uma comunidade de eleitos, separados do restante do mundo, premiados com uma realidade sublime, mas nos transforma em pessoas incumbidas da missão dada por Jesus: ‘Dai-lhes vós mesmos de comer!’ (Mt 14,16)”³⁶.

A Eucaristia não pode ser apenas celebrada, deve ser vivida, deve fazer crescer em nós o amor por nossos irmãos e irmãs e nos levar a assumir nossos compromissos em relação a eles. Precisamos ser proféticos diante disso, pois a Campanha da Fraternidade nos adverte sobre isso.

32 CNBB, Texto-base CF 2023 n.114.

33 Cf. CNBB, Texto-base CF 2023 n.86.

34 CNBB, Texto-base CF 2023 n.113.

35 CNBB, Texto-base CF 2023 n.12.

36 CNBB, Texto-base CF 2023 n.146.

São João Crisóstomo, na sabedoria de quem escuta a Palavra de Deus e entende a coerência à qual ela convida, chamava a atenção: 'Muitos cristãos saem da igreja e contemplam fileiras de pobres que formam como muralhas em ambos os lados e passam longe, sem se comover, como se vissem colunas e não corpos humanos. Apertam o passo como se vissem estátuas sem alma em lugar de homens que respiram. E, depois de tamanha desumanidade, se atrevem a levantar as mãos ao céu e pedir a Deus misericórdia e perdão pelos seus pecados'³⁷.

Vivência da Eucaristia, profetismo e pastorais sociais são algumas das respostas que a Igreja deve dar ao apelo de conversão pastoral que são feitos pela Campanha da Fraternidade de 2023.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Campanha da Fraternidade pode ser vista a partir de diversas óticas, sendo que todas possuem sua legitimidade e, conseqüentemente, a sua razão de ser. Aqui o interesse foi a sua relação com a conversão pastoral.

O trabalho iniciou-se com uma exposição sobre as propostas da Campanha da Fraternidade deste ano, já que este é o contexto no qual nos encontramos e que se torna parâmetro para a análise da questão da conversão pastoral.

Em seguida, foram mostrados alguns pressupostos para a conversão pastoral com destaque para a Eclesiologia. Isto se deve ao fato de que o sujeito da ação pastoral e evangelizadora é a Igreja e não faz sentido conhecermos uma ação sem o conhecimento de seu sujeito. Como a conversão pastoral está diretamente ligada ao Concílio Ecumênico Vaticano II, foram necessárias algumas abordagens da eclesiologia conciliar para que pudéssemos conhecer melhor a Igreja que realiza a Campanha da Fraternidade. Também foram apresentados alguns aspectos históricos da Campanha da Fraternidade que nos possibilitaram perceber como esta eclesiologia está presente nos diversos períodos da Campanha.

O tema da conversão pastoral aparece em seguida, a fim de que ficassem claras algumas de suas exigências, principalmente dentro do contexto da Campanha da Fraternidade e, assim, fosse possível a realização do diálogo entre a Campanha da Fraternidade e a conversão pastoral.

Diante disso, podemos ver que dentro do tempo quaresmal, a Campanha da Fraternidade responde às exigências da conversão pastoral e nos apresenta propostas concretas para que ela aconteça. A partir disso, é necessário deixar claro o fato de que na verdade só realiza a Campanha da Fraternidade quem assume a eclesiologia do Concílio Vaticano II e assume os modelos de Igreja de comunhão mística e serva.

Como nos últimos anos estamos presenciando um crescimento de diversas correntes que se colocam contra a doutrina conciliar por motivos de fundamentalismos, relativismos e arraigamento em um passado que não existe mais e nem tem razão de ser e se prendem a enunciados dogmáticos descontextualizados. Essas correntes não aceitam a Campanha da Fraternidade por motivos óbvios.

Mas a Igreja, fiel ao mandato que lhe foi dado pelo seu Divino Mestre e fiel à ação do Espírito Santo que a conduz pelos caminhos da história, continua firme na sua disposição de realizar a Campanha da Fraternidade, assumindo assim as exigências do Mistério da Encarnação do Verbo e da virtude teologal da Caridade, lutando em prol da construção de um mundo novo, mais justo, humano, fraterno e cristão, promovendo a Campanha da Fraternidade como uma proposta para que o tempo santo da Quaresma seja melhor

37 CNBB, Texto-base CF 2023 n.148.

vivido, a conversão aconteça nos âmbitos pessoal, eclesial e social e possamos, no dizer de São Paulo VI, construir a civilização do amor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BUCKER, Barbara Pataro. *O feminino da Igreja e o conflito*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- CELAM. *Conclusões da Conferência de Medellín – 1968*. São Paulo: Paulinas, 3.ed. 2010.
- CELAM. *Santo Domingo Conclusões*. São Paulo: Loyola, 11.ed., 1997.
- CELAM. *Documento de Aparecida*. Brasília: Ed. CNBB, 2007.
- CNBB. *Campanha da Fraternidade 2023: Texto-Base: Fraternidade e Fome*. Brasília: Ed. CNBB, 2022.
- CNBB. *Campanha da Fraternidade 2008: Texto-Base: Fraternidade e Defesa da vida*. Brasília: Ed. CNBB, 2007.
- CNBB. *Campanha da Fraternidade*. São Paulo: Paulinas, 1983. (Estudos da CNBB n.35).
- CNBB. *Catecismo da Igreja Católica*. 9.ed, São Paulo: Loyola, 2009.
- CODINA, Víctor. *Para compreender a eclesiologia a partir da América Latina*. São Paulo: Paulinas, 1993.
- COMPÊNDIO DO VATICANO II. *Constituições, decretos, declarações*. 31.ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
- DULLES, Avery. *A Igreja e seus modelos*. São Paulo: Paulinas, 1978.
- FORTE, Bruno. *A Igreja Ícone da Trindade*. 2.ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- PASSOS, João Décio. *Conversão pastoral: desafios de renovação da Igreja*. Disponível em: <https://www.vidapastoral.com.br/artigos/eclesiologia/conversao-pastoral-desafios-de-renovacao-da-igreja/>. Acesso em 05/04/2023.
- PONTIFÍCIO CONSELHO “JUSTIÇA E PAZ”, *Compêndio de Doutrina Social da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 2005.